

Editorial	11
------------------------	----

DOCTRINA

Seção de Direito Administrativo, Constitucional, Previdenciário, Processual Civil e Ambiental

Direito eleitoral aplicado – Ponderações e críticas para uma reflexão sobre doações acima dos limites legais, substituição de candidatos, a divulgação de pesquisa em registro prévio e propaganda antecipada Marcelo Abelha Rodrigues, Flávio Cheim Jorge	15
--	----

Equilíbrio orçamentário, sustentabilidade financeira e justiça intergeracional Fernando Facury Scaff	37
--	----

Eleições no Brasil e o interesse dos eleitores por políticas públicas. Um estudo empírico de janeiro de 2004 a dezembro de 2013 Thiago Perez Bernardes de Moraes, Romer Mottinha Santos	51
---	----

Constitucionalismo, direitos fundamentais e direito administrativo no Brasil Robertônio Santos Pessoa	73
---	----

O prévio requerimento administrativo – Ganhos financeiros e sociais no desenvolvimento da política pública previdenciária nacional Filipo Bruno Silva Amorim	97
--	----

Em busca da jurisdição perdida Marga Inge Barth Tessler	115
---	-----

Evolução do controle de constitucionalidade no Brasil Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz	155
---	-----

Doutrina Estrangeira

A <i>culpa</i> do lesado: entre o clássico e o moderno Carla Amado Gomes	203
--	-----

Seção de Direito Tributário

Ausência de responsabilidade tributária dos entes públicos por contribuições previdenciárias devidas por empresas contratadas para execução de obras públicas – a posição da AGU e do CARF Gustavo da Gama Vital de Oliveira	221
--	-----

Seção de Direito Municipal

<i>Vade-Mécum de Recursos Humanos</i> trata de temas polêmicos sobre direitos e deveres do servidor público Jorge Ulisses Jacoby Fernandes	237
--	-----

Adicional de insalubridade vs. subsídio – Percepção simultânea e base de cálculo Angelo Braga Netto Rodrigues de Melo	241
---	-----

Seção de Tribunais de Contas (Controle Externo)

Tribunais de Contas brasileiros – Um recorte especial sobre o Tribunal de Contas de Santa Catarina Renato Costa	267
---	-----

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

Acórdãos na Íntegra

Supremo Tribunal Federal

Tributário – Repercussão geral – Imunidade aos impostos – Art. 150, VI, c, CF/88 – Imunidade às contribuições – Art. 195, § 7º, CF/88 – PIS – Contribuição para a Seguridade Social – Aplicação analógica do conceito e regime jurídico de “instituições de assistência social e educação” à “entidades beneficentes de assistência social” – Exigência de lei complementar para a definição dos seus limites objetivos (materiais) – Fixação das normas de constituição e de funcionamento das entidades imunes (aspectos formais ou subjetivos) por meio de lei ordinária – Preenchimento cumulativo dos requisitos de que tratam o art. 55 da Lei nº 8.212/91 e os arts. 9º e 14 do CTN.

Recurso extraordinário nº 636.941/RS287

Superior Tribunal de Justiça

Administrativo – Constitucional – Servidor público estadual – Policial civil – Licença – Mandato classista para representação em associação – Vedação ante a existência de sindicato – Conflito de hierarquia entre lei ordinária estadual e lei complementar estadual – Inexistência de hierarquia – Tema jurídico dos direitos dos servidores públicos não é materialmente reservado pela Constituição Federal para edição de lei complementar.

Recurso em Mandado de Segurança nº 44.463 – RS313

Superior Tribunal de Justiça

Servidor público – Processo administrativo disciplinar – Encerramento de prazo da primeira comissão – Instauração de novo PAD – Aproveitamento dos atos – Integração dos mesmos membros – Inexistência de relatório conclusivo por parte da primeira comissão instaurada – Prejuízo não demonstrado – Possibilidade. Mandado de Segurança nº 7.489 – DF317

Superior Tribunal de Justiça

Administrativo – Processo administrativo disciplinar – Demissão – Servidor do Poder Judiciário – Comissão processante constituída por juízes de direito – Nulidade.

Recurso em Mandado de Segurança nº 38.914 – ES325

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Constitucional – Administrativo – Transporte coletivo interestadual de passageiros – Lei nº 10.741/2003 – Estatuto do Idoso – Gratuidade e desconto no preço da passagem – Garantia fundamental – Equilíbrio econômico-financeiro – Desnecessidade de fonte de custeio para a observância do direito.

Apelação/Reexame Necessário nº 2004.34.00.026621-6/DF.....331

Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Administrativo – Poder de polícia – Auto de infração – ANP – Venda de diesel interior em área metropolitana – Interdição total do posto de combustível – Possibilidade – Razoabilidade.

Apelação/Reexame Necessário nº 2008.51.01.020695-1343

Ementário349

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO389

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES395